



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP)  
DIVISÃO DE APOIO E AESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS  
ADMINISTRATIVOS (DICOL)

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência  
Doméstica e Familiar (COEM) – CEJUVIDA/CASA DE PASSAGEM

ATA DE REUNIÃO  
Nº 24/2019

Data: 10.06.2019

Horário: 11h.

Local: Sala de Reuniões do  
Mezanino

A Juíza **KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD** abre os trabalhos às 12h10min, agradecendo a presença de todos e informa que esta reunião visa tratar de questões relativas à Casa de Passagem.

Inicia destacando o trabalho desenvolvido pela CEJUVIDA, e lembra que na última reunião os integrantes trouxeram a questão de uma mulher reincidente na situação de abrigo, devido à uso de drogas e envolvimento com o tráfico, que ocasionou comprometimento do sigilo dos abrigos.

Diante disso, sugeriu-se a realização da reunião com as Subsecretarias do Estado e do Município do Rio de Janeiro, afim de que possa ser verificada a possibilidade de instalação de uma Casa de Passagem.

**Sra. Leontina da CEJUVIDA** relata que fora exposto em reunião no ano passado que havia um prédio na Cinelândia onde poderia ser criada a estrutura para a Casa de Passagem.

**Sra. Joyce Braga da SUBPM** destaca que a referida demanda não poderá ser realizada imediatamente, devendo ser pensada de forma que pudesse haver um consórcio para arcar com os custos do local, mas que para isso é necessário alinhar a estrutura e os custos para implementação da Casa de Passagem. Informa ainda, que não acredita que as Centrais de Recepção, como por exemplo, Stella Maris, seja uma forma digna e acolhedora para receber uma mulher vítima de violência doméstica, tendo em vista que essas Centrais recebem diversas pessoas com diversos outros problemas, incluindo alcoolismo, transtornos psiquiátricos e uso de entorpecentes.

**Dra. Katerine** ressalta a importância e necessidade de criação desse espaço intermediário para abrigo das mulheres.

**Dra. Sandra Ornellas da SSPM** traz notícia sobre a existência de norma técnica acerca do acolhimento provisório e **Sra. Cristina Fernandes do CIAM** explica que a referida norma foi exigência do Governo Federal, pois seria necessário avaliar de forma técnica, a mulher que sofreu violência e, informa que na ocasião de sua elaboração contou com a presença da equipe do CEJUVIDA e que na referida norma consta o prazo de 15 (quinze) dias para que a mulher possa permanecer no acolhimento provisório.

**Dra. Katerine** questiona sobre a possibilidade de se criar um anexo próximo a Casa de Acolhimento Provisório para a Casa de Passagem e desta forma utilizar a equipe técnica da Casa de Acolhimento Provisório para atendimento na Casa de Passagem.

**Dra. Sandra Ornelas da SSPM** destaca que a importância da implementação da Casa de Passagem é clara para todos os presentes e sugere que seja criado um grupo de trabalho com prazo determinado para que possa ser estudada toda estrutura necessária e os impactos que a Casa traria para que possa ser mantida por outras Administrações.

Informa que trará a norma técnica na próxima reunião e encaminhará aos presentes, por e-mail, para que as instituições que não participaram da elaboração possam dar suas sugestões (Deliberação 01)

**Sra. Joyce Braga da SUBPM** se propõe a conversar com a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, Daniele Murtha, afim de verificar a possibilidade de reserva de vagas em abrigos destinada aos casos emergenciais, sendo essa uma forma de solucionar a problemática da Casa de Passagem, enquanto a mesma não é implementada e dará um retorno aos presentes até sexta feira (14/06/2019). (Deliberação 02)

**Dra. Katerine** considera importante a criação do grupo de trabalho para que haja definição da estrutura e resolução de todas as questões relacionadas a implementação da Casa de Passagem.

**Sr. Jailton da CEJUVIDA** indaga acerca da possibilidade de realização de parcerias privadas e como seria realizada a capitalização dessas parcerias.

**Sra. Joyce Braga da SUBPM** responde que pode ser realizada parceria público-privada e que essa possibilidade seria a ideal para manter a Casa de Passagem.

**Sr. Jailton da CEJUVIDA** sugere que o Tribunal faça um programa de busca por parcerias para a Casa de Passagem.

**Dra. Sandra Ornellas** esclarece que para realizar a busca por parcerias, o projeto precisa estar bem definido para que um possível parceiro possa ter conhecimento.

**Sra. Joyce Braga** destaca a importância de o espaço físico ser do Estado ou do Município.

**Sra. Cristina Fernandes** informa que tem conhecimento de alguns espaços disponíveis e verificará se os imóveis são do Estado ou do Município. (Deliberação 03)

**Dra. Katerine** ressalta a importância de se verificar a segurança do local.

**Sra. Roberta do Rio Solidário** destaca que algumas questões conseguem ser resolvidas sem muita dificuldade e que questões relacionadas a manutenção que não são abrangidas por convênios poderia ser solucionada através de uma parceria com o Tribunal de Justiça para manutenção da Casa de Passagem.

**Dra. Sandra Ornellas** sugere que seja apresentado na próxima reunião a estrutura para a Casa de Passagem com todas as informações para que o tema possa ser debatido novamente.

**Sra. Cristina Fernandes** destaca que pensando em Casa de Passagem é importante que se estabeleçam parcerias e é necessário pensar em uma equipe técnica física para atuar no local.

**Dra. Sandra Ornellas** questiona se a CEJUVIDA possui alguma estatística para que pudesse se ter uma ideia da quantidade de mulheres que utilizariam a Casa de Passagem. E é respondida que a CEJUVIDA não possui estes dados.

**Dra. Katerine** indaga a CEJUVIDA qual seria o número de vagas ideal para ser reservado nos abrigos, caso haja confirmação pela Subsecretária do Município e os integrantes da CEJUVIDA informam que 02 (duas) vagas atenderiam as suas necessidades, por hora. E os CIAM e CEAM também acreditam que 02 (duas) vagas sejam suficientes.

**Sra. Roberta** destaca que enquanto o projeto para implementação da Casa de Passagem ainda está em estudo, que se continue a utilizar os critérios estabelecidos

em reunião anterior para o encaminhamento da mulher ao abrigo sendo verificado se o caso de uma mulher que seja usuária de drogas está relacionado ao contexto da violência doméstica.

Sra. Lídia da CEJUVIDA esclarece que em diversas vezes a mulher se apresenta de uma forma para a CEJUVIDA e posteriormente, quando são abrigadas agem de outra forma, por isso se faz necessário o encaminhamento da resolução dos casos que são encaminhados pela CEJUVIDA para que eles tenham ciência.

Sra. Sueli Ferreira da Casa Lar da Mulher explica que a CEJUVIDA está sendo utilizada como canal para os abrigamentos não realizados pelos mecanismos responsáveis e destaca que no último abrigamento encaminhado pela CEJUVIDA a mulher havia sido orientada por uma técnica sobre o que falar para que fosse concedido o abrigamento, que nesse caso não se trata de abrigamento de proteção.

Dra. Katerine solicita que os integrantes da CEJUVIDA resgatem o fluxo de abrigamento elaborado no passado e tragam para a próxima reunião a fim de que seja avaliada possíveis alterações (Deliberação 04).

Em suas considerações finais, restou definido que o grupo de trabalho para estudo acerca da estrutura da Casa de Passagem, contará com as seguintes pessoas: Dra. Sandra Ornellas da SSPM, Sra. Helena Piragibe do CEDIM, Sra. Rosani Sales da SUBPM, Sra. Rosângela Pereira do CEAM Chiquinha Gonzaga, Sra. Cristina Fernandes do CIAM, Sra. Roberta do Rio Solidário e Sr. Jailton da CEJUVIDA. O grupo irá se reunir em data a ser definida entre os integrantes e o estudo será apresentado na próxima reunião. (Deliberação 05)

Nada mais a tratar, encerra a reunião às 13:25 e designa próxima reunião para dia 15 de julho de 2019 às 11h, com os mesmos convidados da presente reunião. (Deliberação 06)

Dra. KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD  
Membro da COEM

	Deliberação	Responsável	Prazo
1	Trazer a norma técnica na próxima reunião e encaminhar aos presentes, por e-mails, para que as instituições que não participaram da elaboração possam dar suas sugestões	Dra. Sandra Ornellas	15/07/2019
2	verificar a possibilidade de reserva de vagas em abrigos destinada aos casos emergenciais, sendo essa uma forma de solucionar a problemática da Casa de Passagem, enquanto a mesma não é implementada e dará um retorno aos presentes até sexta feira (14/06/2019).	Sra. Joyce Braga	14/06/2019
3	Verificar se os imóveis disponíveis são do Estado ou do Município	Sra. Cristina Fernandes	15/07/2019
4	Resgatar o fluxo de abrigamento elaborado no passado e trazer para a próxima reunião a fim de que seja avaliada possíveis alterações	CEJUVIDA	15/07/2019
5	Apresentar estudo relacionado a implementação da Casa de Passagem	Integrantes do Grupo	15/07/2019
6	Enviar convite para reunião a ser realizada no dia 15 de julho de 2019 às 11h, com os mesmos convidados da presente reunião	DICOL	5 dias